

**GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE
GESTORA DE PARTICIPAÇÕES
SOCIAIS, S.A.**

**Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de
Dezembro de 2006 acompanhadas da Certificação
Legal das Contas**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão da actividade Consolidada da Golden Actives - SGPS, S.A., bem como, as respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

O ano de 2006 caracterizou-se por um grande dinamismo económico, com as principais regiões do globo a revelarem níveis de crescimento em torno do PIB potencial.

Nos EUA, a economia cresceu a um ritmo de 2.5% em 2006, abaixo dos 3.5% finais registados no ano anterior. A correcção de preços no mercado imobiliário subtraiu cerca de um ponto percentual ao PIB americano, mas não há sinais definitivos de que a crise tenha alastrado para o resto da economia.

A Reserva Federal (FED) norte-americana subiu as taxas de juro de referência de 4.00% até 5.25% com o objectivo de conter os riscos inflacionistas. Contudo, os sinais de crise no mercado imobiliário conduziram os decisores de política monetária a uma pausa no ciclo de subidas, balanceando assim os riscos recessivos potenciados pela queda do mercado imobiliário, com os riscos inflacionistas que ainda persistem.



A economia da zona euro cresceu 3.3% em 2006, registando uma apreciável aceleração de actividade face aos 1.9% de 2005. Destaque para a dinâmica das exportações e para uma melhoria significativa ao nível do emprego, o que permitiu uma reanimação da procura interna. A taxa de desemprego da zona euro caiu para mínimos históricos (7.5%) e a confiança dos consumidores atingiu máximos desde 2001.

A economia portuguesa cresceu 1.7% em 2006, com destaque para o dinamismo das exportações e para a melhoria do saldo orçamental. Pela negativa, destaque para o rubrica do investimento que voltou a registar uma variação negativa.

O Banco Central Europeu prosseguiu o ciclo de subida de taxas de juro iniciado no final de 2005, alterando gradualmente a taxa de referência de 2.25% no início de 2006 até 3.5% no final. Os riscos de inflação permanecem elevados, pelo que o BCE terminou o ano sinalizando a continuação do actual ciclo de subida de taxas de juro.

No Japão, a economia cresceu 2.3% em 2006 versus 2.7% em 2005, beneficiando da dinâmica das exportações e das despesas de investimento. O Banco do Japão subiu pela primeira vez desde 2001 a sua taxa directora (de 0% para 0.25%), sinalizando um incremento gradual da política monetária durante 2007.

Mercado de Capitais

Os principais índices accionistas registaram um comportamento excelente, reflectindo o bom clima económico:

- nos EUA, o *S&P500* valorizou +13.62% e o *Nasdaq Composite* +9.52%; no Japão o *Nikkei* subiu +6.92%; e na Europa o *Dax* subiu 21.98% e o *PSI20* subiu 29.92%.

Nas matérias-primas, o ano acabou por ter dois semestres distintos. No primeiro semestre as principais *commodities* atingiram valores máximos desde há vários anos e no segundo semestre assistiu-se a uma queda generalizada das principais matérias-primas.



No mercado cambial, destaque para os ganhos do euro (eur-usd subiu 11.39% em 2006) e para as perdas do iene, prejudicado pelo facto de ser a divisa com a taxa de juro mais baixa. O eur-jpy subiu 12.65% e usd-jpy subiu 1.12% em 2006.

No mercado de taxa fixa assistiu-se a uma subida generalizada dos *yields*. Este movimento foi comum à curva de rendimentos europeia e americana. Os *spreads* de crédito mantiveram-se a níveis historicamente baixos, mantendo a tendência dos anos anteriores.

ACTIVIDADE

A Sociedade foi constituída em Outubro de 2006, tendo, nesse mesmo mês, adquirido a uma outra sociedade gestora de participações sociais com uma estrutura accionista idêntica à da Golden Actives – SGPS, S.A., as participações que actualmente detém em sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social)

Como consequência das participações adquiridas, a sociedade passou a estar sujeita à supervisão do Banco de Portugal, tendo, por isso, procedido ao correspondente pedido de registo junto desta entidade de supervisão.

No que toca á actividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., cumpre dar nota do seguinte:

Os principais desenvolvimentos da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. em 2006 estiveram centrados na sua consolidação orgânica e reforço de posição no mercado.

De facto, o desenvolvimento da actividade de intermediação no ano transacto evidenciou um expressivo crescimento, em relação ao ano de 2005, bem como, as actividade de gestão de carteiras e de consultoria, que tiveram o seu início em 2006.



Paralelamente, num ano em que uma das apostas da Sociedade se direccionou para a abertura das primeiras Agências e reforço da oferta de serviços prestados, a componente de custos traduziu um comportamento adequado, repercutindo-se positivamente no desempenho económico da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. em 2006.

No que concerne ao volume de negociação no ano de 2006, continua-se a constatar que o padrão de comportamento dos clientes da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. focaliza-se maioritariamente para o mercado norte americano, com predominância para o NASDAQ. No mercado europeu assume destaque os mercados alemão (DAX) e o francês (CAC).

Em termos de organização interna, manteve-se a integração da função comercial entre a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e a sociedade do Grupo, a Golden Assets – SGP, S.A., explorando a complementaridade dos serviços oferecidos por ambas as Sociedades. Tal integração assenta numa equipa de prospectores comum a ambas as Sociedades, formada segundo uma lógica de oferta transversal de serviços do Grupo Golden.

No que toca aos serviços de intermediação prestados, em 2006 a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. passou a disponibilizar aos seus Clientes o serviço de gestão de carteiras por conta de outrem, o que permitiu alargar, diversificar e acrescentar valor à nossa oferta.

Ainda durante o ano de 2006, cumpre dar nota da abertura das primeiras três Agências da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., situadas nos concelhos de Chaves, de Vila do Conde e de Faro, reforçando, deste modo, o âmbito geográfico de actuação da Sociedade, com vista a angariar novos clientes.

Finalmente, é de destacar a continuidade de um desenvolvimento significativo ao nível dos sistemas, em particular na área de *Back Office*, com vista a acomodar, não só os novos serviços prestados pela Golden Broker (gestão de carteiras), como também as crescentes necessidades de gestão de informação decorrentes de todo um conjunto de factores dos quais se destacam: ao nível da supervisão e controlo, decorrentes nomeadamente da prevenção contra a prática de branqueamento de capitais e ainda pelas alterações que permitiram a adopção das normas



internacionais de contabilidade (NIC/IAS), a partir de Janeiro de 2006. Tais alterações estiveram associadas à adopção de um novo Sistema de *Back Office*.

Adicionalmente, procedeu-se à adaptação do Regulamento Interno da sociedade, de modo a adequá-lo ao disposto no Regulamento da CMVM n.º 12/2000, com a redacção dada pelo Regulamento da CMVM n.º 7/2005. Consequentemente, efectuou-se o registo junto da CMVM dos novos responsáveis das várias áreas da Sociedade. Ainda no âmbito das regras internas de actuação, a GOLDEN BROKER procedeu à concentração de todas as suas regras e instruções internas num único Manual de Procedimentos.

Como consequência do acima exposto, os resultados líquidos consolidados foram positivos no montante de 30,318 €.

PERSPECTIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2007, os resultados consolidados do Grupo continuem a ser positivos – fruto da actividade e resultados das Sociedades participadas, em especial da Golden Broker – Sociedade Corretora S.A.

Todos os esforços no ano de 2007 continuarão a ser desenvolvidos no sentido de se reforçar a visibilidade da GOLDEN BROKER no mercado em que opera, nomeadamente, através da:

- Expansão em termos geográficos, desde logo pela consolidação da prestação de serviços em Espanha, mas também mediante a abertura de novas agências, sendo que neste particular, já foi entregue à CMVM um pedido de abertura de uma nova Agência em São João da Madeira.
- Alargamento da base de Clientes decorrendo das premissas acima expostas, do aumento do leque de instrumentos financeiros disponibilizados e ainda da crescente capacidade de captação de Clientes, fruto do investimento que, em conjunto com a Golden Assets -



SGP, SA, tem vindo a ser desenvolvido no sentido de seleccionar e formar uma equipa de prospectores.

O crescimento esperado da actividade e a forma como será assimilado pela sua estrutura é portanto um grande desafio que se coloca à GOLDEN BROKER.

Tendo presente nomeadamente as alterações legislativas e regulamentares que se perspectivam com a transposição da Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF) e, bem assim, o crescimento esperado da actividade da Sociedade, antevê-se a necessidade de um aperfeiçoamento das regras internas da Sociedade e, ainda, um reforço dos procedimentos de supervisão e controlo, com a consequente actualização do Manual de Procedimentos. Será sobretudo ao nível do aperfeiçoamento dos procedimentos e com a implementação de processos ainda mais eficientes, que a GOLDEN BROKER poderá garantir as condições para crescer de forma equilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 28 de Fevereiro de 2007



GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

O Conselho de Administração



Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira
Presidente



Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes
Vogal



Eng. António Pedro Marques Gonçalves de Jesus Azevedo
Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de Administração são titulares das seguintes acções da Sociedade e que foram as seguintes as transacções efectuadas durante o exercício de 2006:

	N.º ACÇÕES 25-10-2006 (Constituição)	AUMENTOS		ALIENAÇÕES	N.º ACÇÕES 31-12-2006
		Aumento Capital	Aquisições		
Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	77.000	0	0	0	77.000
Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes	2.000	0	0	0	2.000

Os órgãos de Fiscalização não são titulares de quaisquer acções da Sociedade.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, à data de encerramento do exercício de 2006, é a seguinte a posição accionista:

ACCIONISTA	N.º ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	77.000	77,00%
Sr. Joaquim Pedro Almeida da Costa	12.000	12,00%



BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

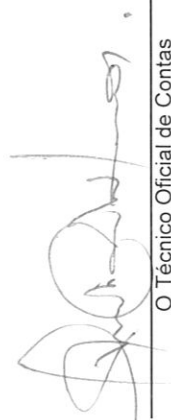
GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

	Notas	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido		Notas
ACTIVO					PASSIVO	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		750	-	750	Passivos por impostos correntes	8 4,458
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	3,344,722	-	3,344,722	Outros passivos subordinados	10 160,000
Activos financeiros disponíveis para venda	5	108,999	-	108,999	Outros passivos	9 4,440,548
Aplicações em instituições de crédito	6	350,000	-	350,000	Total do Passivo	4,605,006
Outros activos tangíveis	7	218,394	(121,650)	96,744		
Activos intangíveis	7	59,941	(45,820)	14,121	CAPITAIS PRÓPRIOS	
Activos por impostos correntes	8	15,046	-	15,046	Capital	11 500,000
Activos por impostos diferidos	8	10,109	-	10,109	Reservas de reavaliação de justo valor	12 (101)
Outros activos	9	1,073,144	-	1,073,144	Outras reservas e resultados transitado:	12 (121,588)
					Resultado do exercício	12 30,318
					Total dos Capitais Próprios	408,629
Total do Activo		<u>5,181,105</u>	<u>(167,470)</u>	<u>5,013,635</u>	Total do Passivo e Capitais Próprios	<u>5,013,635</u>

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Responsabilidades por serviços prestados	25	20,455,961
Sistema de indemnização aos investidores	25	7,861

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO COMPREENDIDO ENTRE 25 DE OUTUBRO DE 2006
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE - NOTA INTRODUTÓRIA) E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

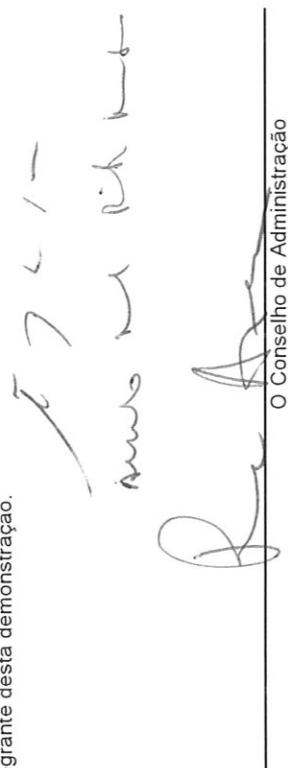
(Montantes expressos em Euros)

Nota	Capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 25 de Outubro de 2006	-	-	-	-	-
Constituição da Sociedade (Nota Introdutória)	500,000	-	-	-	500,000
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(101)	-	-	(101)
Diferença entre custo de aquisição e valor dos activos e passivos da sociedade incluída na consolidação	-	-	(121,588)	-	(121,588)
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	30,318	30,318
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	500,000	(101)	(121,588)	30,318	408,629

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO COMPREENDIDO ENTRE 25 DE OUTUBRO DE 2006
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE - NOTA INTRODUTÓRIA) E 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	
Juros e rendimentos similares	13	31,989
Juros e encargos similares	13	(359)
Margem financeira		31,630
 Rendimentos de serviços e comissões	 14	 310,070
Encargos com serviços e comissões	16	(130,513)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(892)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		55
Resultados de reavaliação cambial	17	6,650
Outros resultados de exploração		(12,336)
Produto bancário		204,664
 Custos com o pessoal	 18 e 19	 (61,767)
Gastos gerais administrativos	20 e 21	(83,377)
Amortizações do exercício	7	(9,723)
Resultado antes de impostos		49,797
 Impostos		
Correntes	8	(4,458)
Diferidos	8	(15,021)
Resultado consolidado do exercício		30,318
 Resultados por acção		
Básico	22	0.30
Diluído	22	0.30

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

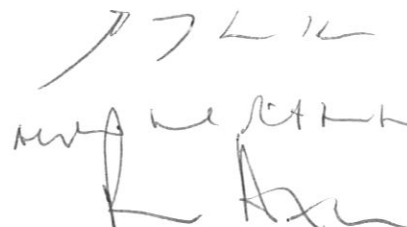
(Montantes expressos em Euros)

	2006
Actividades Operacionais:	
Juros, comissões e rendimentos recebidos	342,059
Juros, comissões e encargos similares pagos	(127,880)
Pagamentos ao pessoal	(55,610)
Recebimentos/ (Pagamentos) de impostos sobre o rendimento	(10,615)
Resultados de reavaliação cambial	42,548
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(98,705)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	91,797
Diminuições (aumentos) em:	
Activos e passivos avaliados ao justo valor	(892)
Activos financeiros detidos para venda	426
Outros activos	(11,118)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(11,584)
Aumentos (diminuições) em:	
Outros passivos	(211,606)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(211,606)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(131,393)
Actividades de Investimento:	
Diminuições (aumentos) de investimentos financeiros (Nota 3)	(450,000)
Diminuições (aumentos) de investimentos em outras empresas	(102,500)
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	(1,835)
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(5,812)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(560,147)
Actividades de Financiamento:	
Subscrição de capital social	500,000
Emissões de dívida subordinada	60,000
Fluxos das actividades de financiamento (3)	560,000
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(131,540)
Efeito de variação de perímetro	512,077
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	-
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	380,537

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

1. AQUISIÇÃO/ALIENAÇÃO DE PARTES DE CAPITAL

Relativamente à aquisição de partes de capital ocorrida em 2006 é de referir o seguinte:

a) Preço total

Aquisição:

Compra de participação na Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100%)	450.000
Compra de participação na Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5%)	102.500

	552.500
	=====

b) Parcela do preço que foi pago ou recebido

Os pagamentos e recebimentos relativos a estas aquisições processaram-se através de caixa ou equivalentes.

c) Caixa e equivalentes na participada

A quantia de caixa e equivalentes existente na Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. na data de aquisição da mesma era como se segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais	243
Disponibilidades em outras instituições de crédito (da Sociedade)	11.834
Aplicações em instituições de crédito	500.000

	512.077
	=====

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2006 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço consolidado naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

Numerário	750
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis da Sociedade	29.787
Aplicações de curto prazo em instituições de crédito	350.000

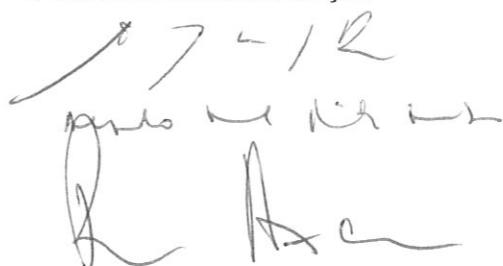
Caixa e seus equivalentes	380.537

Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de terceiros	3.314.935

Disponibilidades constantes do balanço	3.695.472
	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante de 3.314.935 Euros refere-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pelo Grupo para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras).

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas



(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de Outubro de 2006 tendo como objecto a gestão de participações de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Dada a data da sua constituição (25 de Outubro de 2006) as demonstrações financeiras do grupo em 31 de Dezembro de 2006 não incluem dados comparativos.

Ainda durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2006 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em Abril de 2003, e que tem como actividades principais a corretagem e a gestão de património. Esta Sociedade detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou “*International Accounting Standards*” / “*International Financial Reporting Standards*” (“IAS / IFRS”), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de Fevereiro.

Em 31 de Dezembro de 2006 encontrava-se já emitida a IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros”, sendo a sua aplicação obrigatória para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007. Esta não foi adoptada antecipadamente pelo Grupo, sendo que a sua aplicação apenas resulta em alterações ao nível das divulgações efectuadas.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

1.1. Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método de integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras em empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos accionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos activos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

(Montantes expressos em Euros)

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1.2. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

i) Contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como acções e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os activos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

(Montantes expressos em Euros)

1.3. Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos activos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 5
Equipamento de segurança	4

O património artístico não é objecto de depreciação.

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado).

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

1.5. Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

1.6. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos activos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de activos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2006.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

(Montantes expressos em Euros)

1.7. Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - b) componente variável (performance) é anualmente calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.
- O Grupo auferir uma comissão de execução e uma comissão de liquidação no mercado à vista:
 - a) comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo a taxa definida, por cliente, em função do número de transacções intermediadas;
 - b) comissão de liquidação, calculada de acordo com os seguintes critérios:
 - Número de transacções;
 - Valor da transacção;
 - Número de transacções de venda.

1.8. Rubricas extrapatrimoniais

1.8.1. Actividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respectivo valor nominal (Nota 25).

1.8.2. Actividade de gestão de património

A actividade de gestão contratada de activos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 25). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os activos sob gestão, para além das disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento e acções. As acções são valorizadas de acordo com as respectivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respectivas Sociedades Gestoras (Nota 25).

1.9. Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

(Montantes expressos em Euros)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos registados pelo Grupo são originados por prejuízos fiscais (Nota 9). Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projecções de evolução futura do negócio.

1.10. Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na actividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efectivação das transacções intermediadas;
- na actividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efectuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 9).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

1.11. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

(Montantes expressos em Euros)

1.12. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. INVESTIMENTOS

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, percentagem efectiva de detenção do capital e actividade desenvolvida em 31 de Dezembro de 2006, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de capital	Actividade
Golden Actives - S.G.P.S., S.A. (Empresa-mãe)	Porto	-	Sociedade Gestora de Participações Sociais
Golden Broker - Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade Corretora

A empresa "Golden Broker" foi adquirida em Outubro de 2006, pelo que a demonstração consolidada dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2006 apenas inclui dois meses de actividade desta sociedade.

(Montantes expressos em Euros)

3. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade adquiriu 100% do capital social da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.. Dado que a aquisição se concretizou em 30 de Outubro de 2006, a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. integrou o perímetro de consolidação da Golden Actives a partir de 1 de Novembro de 2006. O apuramento da diferença de consolidação gerada nesta aquisição, foi como segue:

	Valor contabilístico
Activos	
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	3.909.631
Activos financeiros disponíveis para venda	6.600
Aplicações em instituições de crédito	500.000
Outros activos tangíveis (Nota 8)	98.407
Activos intangíveis (Nota 8)	14.534
Activos por impostos correntes	9.220
Activos por impostos diferidos (Nota 9)	25.130
Outros activos	612.282
	<u>5.175.804</u>
Passivos	
Passivos por impostos correntes	1.866
Outros passivos subordinados	100.000
Outros passivos	4.745.526
	<u>4.847.392</u>
Activos líquidos adquiridos	<u>328.412</u>
Diferença de consolidação (Nota 12)	121.588
Custo global de aquisição	450.000

A aquisição da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. foi efectuada a uma empresa com a mesma estrutura accionista, e consequentemente entende-se que ambas as empresas se encontram sob controlo comum, pelo que a Sociedade não procedeu a qualquer imputação de justo valor aos activos e passivos adquiridos, tendo mantido os anteriores valores contabilísticos (Nota 1.1).

A aquisição do investimento tinha sido já integralmente liquidada em 31 de Dezembro de 2006, podendo o fluxo de caixa líquido gerado na operação ser detalhado como segue:

Custo global da aquisição	450.000
Caixa e equivalentes da filial adquirida	<u>(4.409.631)</u>
	<u>(3.959.631)</u>

A contribuição da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. para o resultado líquido consolidado do exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 32.703 Euros.

Caso esta aquisição tivesse sido reportada com efeitos a 1 de Janeiro de 2006, os "Rendimentos de serviços e comissões" consolidados do Grupo para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 ascenderiam a, aproximadamente, 4.946.000 Euros e o "Produto Bancário" ascenderia a, aproximadamente, 863.000 Euros. O Conselho de Administração entende que esta informação financeira "proforma" representa um indicador da performance do Grupo numa base anual e representa uma base válida de comparação para exercícios futuros.

(Montantes expressos em Euros)

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Disponibilidades de terceiros:

Saxo Bank A/S	1.500.908
Banco Espírito Santo, S.A.	1.342.024
Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A.	177.645
Banco Português de Negócios, S.A.	97.104
Goldman Sachs International	57.714
Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona "La Caixa"	52.490
Banco Santander Totta, S.A.	30.956
Banco BPI, S.A.	30.953
Banco Comercial Português, S.A.	12.500
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	4.500
L.J. Carregosa, S.A.	3.404
Caixa Económica Montepio Geral	2.879
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.000
Finibanco, S.A.	858
	<u>3.314.935</u>

Disponibilidades do Grupo:

Banco Espírito Santo, S.A.	26.705
Banco Comercial Português, S.A.	1.619
Caixa de Credito Agrícola Mutuo de Santo Tirso, CRL.	1.463
	<u>29.787</u>
	<u>3.344.722</u>

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Instrumentos de dívida	
Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	6.499
Instrumentos de capital	
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250
Prestações suplementares	6.250
	<u>102.500</u>
	<u>108.999</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, as obrigações detidas podiam ser detalhadas como se segue:

	<u>Quantidade</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Valor de balanço</u>
Obrigações do Tesouro – OT 5,45 98/2013	600.000	0,0108 Euros	6.499

Em 31 de Dezembro de 2006 as obrigações encontram-se registadas ao seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2006, as Obrigações do Tesouro estavam dados em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2006, as participações minoritárias em sociedades não cotadas correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares. Conforme a política definida na Nota 1.2., este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição.

(Montantes expressos em Euros)

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica é constituída por um depósito a prazo na instituição financeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, S.A., o qual rende juros a taxas de mercado e tem vencimento em Maio de 2007.

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, o movimento nos outros "Outros activos tangíveis" e nos "Activos intangíveis", bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto						
Rubricas	Saldo inicial (Nota introdutória)	Variação de perímetro (Nota 3)	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	-	81.626	1.831	-	-	83.457
Mobiliário e equipamento	-	27.293	585	-	-	27.878
Equipamento informático	-	79.503	3.379	-	-	82.882
Instalações interiores	-	22.103	17	-	-	22.120
Equipamento de segurança	-	1.865	-	-	-	1.865
Património artístico	-	192	-	-	-	192
	-	212.582	5.812	-	-	218.394
Activos intangíveis:						
Sistema de tratamento de dados	-	58.106	1.835	-	-	59.941
Amortizações						
Rubricas	Saldo inicial (Nota introdutória)	Variação de perímetro (Nota 3)	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	-	31.026	1.391	-	-	32.417
Mobiliário e equipamento	-	9.495	578	-	-	10.073
Equipamento informático	-	52.417	5.094	-	-	57.511
Instalações interiores	-	19.915	334	-	-	20.249
Equipamento de segurança	-	1.322	78	-	-	1.400
	-	114.175	7.475	-	-	121.650
Activos intangíveis:						
Sistema de tratamento de dados	-	43.572	2.248	-	-	45.820

(Montantes expressos em Euros)

8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2006, os activos por impostos correntes são como segue:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:

Retenção de Imposto	10.092
Pagamento Especial por Conta	4.954
	<u>15.046</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os passivos por impostos correntes são como se segue:

Estimativa de IRC a pagar do exercício de 2006	<u>4.458</u>
--	--------------

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos durante o exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, os quais se referem à Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., foi o seguinte:

	Saldo inicial (Nota introdutória)	Variação de perímetro (Nota 3)	Diminuições	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	25.130	(15.021)	10.109

Os prejuízos fiscais reportáveis da participada Golden Broker a 31 de Dezembro de 2006 eram como se segue:

	Valor	Utilizável até
Gerados em 2003	40.437	2009

Como resultado da alteração introduzida pela nova "Lei das Finanças Locais" sobre as normas de cálculo da derrama, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2007, em 31 de Dezembro de 2006 o Grupo procedeu à alteração da taxa de imposto sobre o rendimento para efeito de cálculo de activos por impostos diferidos de 27,5% para 25%.

No exercício de 2006, a Sociedade e sua filial estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada corresponde a 27,5%.

(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada no exercício de 2006 pode ser demonstrada como se segue:

	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos		<u>49.797</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50%	13.694
Efeito de alteração da taxa de IRC para cálculo de impostos diferidos		1.785
Tributação autónoma		4.458
Outros		<u>(458)</u>
	39,12%	<u><u>19.479</u></u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de seis anos até 2000, quatro anos após essa data (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial relativas aos anos de 2003 a 2006 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedades entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

9. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica "Outros activos" pode ser detalhada como se segue:

Devedores diversos:	
Devedores por operações em derivados - Margem	781.319
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos devedores	255.210
Devedores diversos	<u>10.483</u>
	<u>1.047.012</u>
Rendimentos a receber	<u>3.769</u>
Despesas com custo diferido:	
Rendas	7.500
Outros	<u>7.406</u>
	<u>14.906</u>
Contas a regularizar	<u>2.037</u>
Outros activos - sector público administrativo:	
Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	<u>5.420</u>
	<u><u>1.073.144</u></u>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada como se segue:

Fornecedores e outros credores:	
Credores por operações em derivados - Margem	781.319
Credores por operações sobre valores mobiliários	3.558.459
Fornecedores c/c	11.912
Encargos a pagar:	
Remunerações	31.200
Encargos gerais administrativos	3.611
Empréstimos subordinados	653
Outros custos administrativos	17.021
Receitas com rendimento diferido	950
Outras exigibilidades - sector publico administrativo:	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:	
Retenções na fonte	7.496
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Retenções na fonte	40
Contribuições para a Segurança Social	2.947
Imposto do selo	24.940
	<u>4.440.548</u>

As rubricas "Devedores por operações em derivados – Margem" e "Credores por operações em derivados – Margem" respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efectuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente o Grupo exige dos seus clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante.

A rubrica "Credores por operações sobre valores mobiliários" corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na Sociedade e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

A rubrica do activo "Credores por operações sobre valores mobiliários – saldos devedores" corresponde aos saldos de operações já realizadas pela Sociedade por conta dos clientes, mas para as quais ainda não ocorreu por parte do cliente a respectiva liquidação financeira à Sociedade. O saldo daquela rubrica em 31 de Dezembro de 2006, inclui um montante de 100.000 Euros para o qual existe um acordo assinado entre a Sociedade e o cliente de que o valor irá ser liquidado em quatro prestações semestrais, com início em Junho de 2007, e inclui o montante de, aproximadamente, 37.000 Euros regularizados entre Janeiro e Março de 2007.

O Grupo não irá atribuir prémios aos seus colaboradores e membros do Conselho de Administração relacionados com a performance do período findo em 31 de Dezembro de 2006, razão pela qual não constituiu qualquer provisão para esse efeito.

10. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica "Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2006 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos accionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

11. CAPITAL

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Sociedade foi constituída em 25 de Outubro de 2006. Em 31 de Dezembro de 2006, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 acções nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

(Montantes expressos em Euros)

12. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

A legislação vigente para o sector bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

Dado a Sociedade ter sido constituída em 25 de Outubro de 2006 (Nota Introdutória), a constituição de reserva legal apenas ocorrerá aquando da aplicação do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O valor monetário registado na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor" diz respeito a valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

O valor registado na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" diz respeito à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos activos e passivos da filial Golden Broker (Notas 1.1 e 3).

13. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Outros juros e rendimentos similares</u>	
Depósitos à ordem	30.257
Juros de aplicações em instituições de crédito	1.732
	<u>31.989</u>

<u>Outros juros e encargos similares</u>	<u>359</u>
--	------------

14. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Actividade de corretagem</u>	
Comissões de corretagem - bolsa	83.872
Comissões de corretagem - fora de bolsa	222.093
	<u>305.965</u>
<u>Actividade de gestão de activos</u>	
Comissões de gestão	1.115
Comissões de performance	2.990
	<u>4.105</u>
	<u>310.070</u>

A actividade de gestão de activos passou a ser desenvolvida pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. durante o exercício de 2006.

15. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram prestados, essencialmente, a cliente nacionais e espanhóis.

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Actividade de corretagem</u>	
Comissões de corretagem	127.521
<u>Outros juros e rendimentos similares</u>	
Outros serviços bancários	2.992
	<u>130.513</u>

(Montantes expressos em Euros)

17. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo desta rubrica estava relacionado com ganhos líquidos obtidos com venda e compra de moeda por conta de clientes.

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Remuneração dos órgãos de gestão	28.497
Remuneração de colaboradores	26.770
Encargos sociais obrigatórios	6.500
	<u>61.767</u>

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de Dezembro de 2006, pode ser resumido como segue:

Com funções específicas de enquadramento:

Administradores - Executivos	3
Pessoal Técnico	6
Pessoal Administrativo	1
	<u>10</u>

19. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Entre 25 de Outubro e 31 de Dezembro de 2006, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração da Golden Broker ascenderam a 28.497 Euros, respectivamente (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2006 não existiam adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Serviços especializados	33.300
Rendas e alugueres (Nota 22)	17.446
Deslocações e estadas	10.848
Publicidade	6.251
Outros	15.532
	<u>83.377</u>

21. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2006 não se verificam saldos materialmente relevantes com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, nomeadamente empresas do Grupo Golden Assets e suas subsidiárias, grupo esse com uma estrutura accionista idêntica à da Sociedade.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e outras sociedades relacionadas com accionistas comuns foram como segue:

Rendas e Alugueres (Nota 21)	15.000
Juros	653
	<u>15.653</u>

(Montantes expressos em Euros)

22. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram calculados em função dos seguintes montantes:

Resultado para efeitos do cálculo do resultado por acção líquido e diluído	30.318
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	100.000
Resultado por acção	
Básico	0,30
Diluído	0,30

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 16 de Março de 2007. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Accionistas.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

25. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2006 estas rubricas têm a seguinte composição:

Compromissos perante terceiros

Responsabilidade potencial perante o Sistema de Indemnização aos Investidores	7.861
---	-------

Responsabilidades por prestação de serviços

Depósito e guarda de valores (Nota 1.8.1.)	15.491.032
Valores administrados pela instituição (Nota 1.8.2.)	4.964.929
	<u>20.455.961</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo da rubrica "Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores" corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável de entregar aquele sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2006, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, o Grupo tinha dado em penhor Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado ascende a 6.499 Euros (Nota 6).

A rubrica "Depósito e guarda de valores" reflecte o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM - Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

Em 31 de Dezembro de 2006, a Golden Broker presta serviços de administração de carteiras de activos a trezentos e cinquenta e nove clientes.

(Montantes expressos em Euros)

Os activos geridos apresentam o seguinte detalhe:

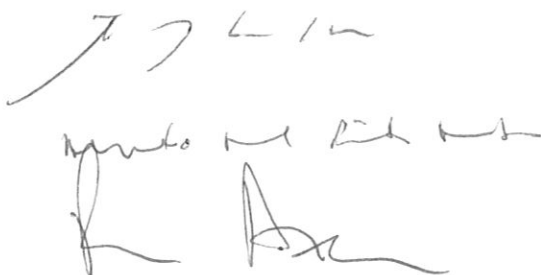
Fundos de investimento mobiliários	2.202.181
Depósitos bancários	1.131.759
Acções	1.598.299
Outros	32.690
	<u>4.964.929</u>

Estes activos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.8..

Em 31 de Dezembro de 2006, os "Fundos de investimento mobiliários" são essencialmente compostos como se segue:

Título	Quantidade	Valor	Total
Atmosphere Fund Class A	2.014,65	125,63	253.100
SG-Lyxor Campbell Fund	4.188,77	152,87	640.337
SG-Lyxor Winton Fund	3.714,61	174,45	648.014
Fidelity Sel Software & Comp.	10.990,24	49,79	547.204

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da
Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa para o exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006 e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que inclui nos seus parágrafos 4 e 6 uma reserva e uma ênfase, respectivamente, bem como o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 da Certificação Legal das Contas e tendo em consideração o exposto no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das empresas participadas, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 30 de Março de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 5.013.635 Euros e capitais próprios de 408.629 Euros, incluindo um resultado líquido de 30.318 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 (data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2006 e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

- Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Reserva

4. Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica do balanço “Outros activos” inclui o montante de 117.697 Euros relativo a uma conta a receber de um cliente da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., originada por operações realizadas até finais de Março do exercício findo naquela data, a qual, à data desta Certificação, ainda não tinha sido objecto de liquidação financeira pelo cliente perante aquela sociedade. É convicção do Conselho de Administração que, através das negociações actualmente em curso, a acima referida conta a receber será recuperada, sem perdas no seu valor de realização, razão pela qual não foi registada qualquer perda de imparidade nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006. Entendemos que, na ausência de informação adicional sobre a forma e montante pelo qual aquela conta a receber será realizada, e face à antiguidade daquele saldo, a Sociedade deveria constituir, numa óptica de prudência, uma perda de imparidade no montante da conta a receber acima referida, para fazer face ao risco do seu valor de realização ser inferior ao valor inscrito no balanço em 31 de Dezembro de 2006, acima evidenciado.

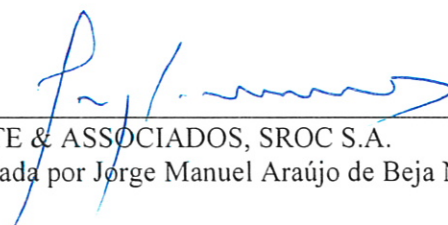
Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Ênfase

6. Conforme referido na Nota Introdutória, a Sociedade foi constituída em 25 de Outubro de 2006, facto pelo qual não são apresentadas demonstrações financeiras comparativas.

Porto, 30 de Março de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ACTAS

ACTA N.º 1

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e sete, pelas quinze horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429 (dois mil quatrocentos e vinte e sete/ dois mil quatrocentos e vinte e nove), na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., pessoa colectiva e registada na 2ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com a matrícula número 507.557.514 com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e Contas do exercício de 2006;_____

Dois - Deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e contas, consolidados, do exercício de 2006; _____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;_____

Encontravam-se presentes accionistas titulares de acções representativas da totalidade do capital social, que assinaram a lista de presenças. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente acta, nos termos do artigo sexagésimo terceiro do Código das Sociedades Comerciais. _____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos accionistas presentes detentores da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida. _____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2006, os quais foram aprovados por unanimidade. _____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2006, os quais foram aprovados por unanimidade. _____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira: «Propõe-se que os resultados líquidos negativos do exercício no valor de 2.385,36 € (dois mil, trezentos e oitenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos), sejam transferidos para Resultados Transitados. _____

ACTAS

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade. _____

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os actos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O Presidente da Mesa apresentou então a seguinte proposta: _____

«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi aprovada por unanimidade. _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das quinze horas e cinquenta e cinco minutos, para constar, dela se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade. _____

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



A Secretária,

